

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2023

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1199/2022

LICITAÇÃO: 075/2023

Ao **décimo primeiro** dia do mês de **maio** de **2023**, o Município de Lajes/RN, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede no Palácio Alzira Soriano, Rua Ramiro Pereira da Silva, nº 17 - Centro, inscrita no CNPJ sob o nº **08.113.466/0001-05**, neste ato representado pelo Sr. Prefeito **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**; através da Secretaria Municipal de Saúde. Nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 101/2013, do Decreto federal nº 7.892/13, do Decreto Federal nº 3.555/00; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; Em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º 022/2023**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS propostos pela empresa **SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 11.511.020/0001-43**, estabelecida a Rua Açú, nº 341, Tirol, Natal/RN - CEP: 59.020-110, sendo representada pelo Sr. CÉSAR CARLOS SILVEIRA MARIZ, inscrito no CPF nº 022.592.184-74 e RG nº 003.449.675 - SSP/RN, em face de sua classificação para fornecimento dos itens conforme discriminação constante do Termo de Referência (Anexo I), que passa a fazer parte integrante desta, devendo esse preço ser obrigatoriamente praticado pelos demais concorrentes do certame, na ordem de sua classificação, para eventual contratação:

1. DO OBJETO.

1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, OS QUAIS SERÃO DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE LAJES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTA MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UND.	VALOR UNIT.
1	ADESIVO PRIME E BOND. 4ML PARA ESMALTE E DENT.	BIODINAMICA	100	UN	R\$ 33,00
2	ANESTÉSICO ODONT. NOVOCOL 2% COM VASOCONSTRICTOR. Caixa com 50 unid.	SS WHITE	480	CX	R\$ 89,00
3	FILME RADIOGRÁFICO DENTAL INTRA ORAL E E-SPEED FILM, KODAK .	KULZER	144	CX	R\$ 228,00
4	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A CAPEADOR PULPAR .	IODONTOSUL	60	UN	R\$ 8,80
6	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 0,12% - ENXAGUANTE BUCAL .	RIOQUIMICA	120	UN	R\$ 15,80
7	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/100UND .	PROCARE	120	UN	R\$ 48,00
8	ANESTÉSICO MERVAC, 3% S/VASO 50 X 1,8ML .	DLA	240	UN	R\$ 153,00
9	BROCA SHOFU CHAMA REF. 4702.	AMERICA	120	UN	R\$ 14,98
10	CIMENTO RESTAURADOR INTEREM. PÓ 38G + LIQ. 15ML .	BIODINAMICA	60	KIT	R\$ 42,00
11	ESCOVA DE ROBSON CA. BRANCA RETA TIPO PINCEL .	AF DO BRASIL	240	UN	R\$ 2,30
12	FIO DENTAL C/100 M (+50M GRÁTIS).	ALG	150	UN	R\$ 7,50
13	FLUOR GEL TÓPICO MENTA 200ML .	IODONTOSUL	100	UN	R\$ 7,90
14	IONOMERO DE VIDRO VIDRION LIQ. 8ML .	FGM	60	UN	R\$ 25,90
15	IONOMERO DE VIDRO VIDRION PÓ 10G .	FGM	60	UN	R\$ 25,90
16	MATRIZ DE AÇO 5MM.	IMPERIO	100	UN	R\$ 2,50
17	MATRIZ DE AÇO 7MM .	IMPERIO	100	UN	R\$ 2,50
18	PAPEL PARA ARTICULAÇÃO COM 12 UNIDADES.	IODONTOSUL	96	UN	R\$ 3,00
19	SUGADOR DESCARTÁVEL COM 40 UNIDADES.	SSPLUS	500	UN	R\$ 11,90
20	TAÇA DE BORRACHA PARA PROFILAXIA .	MICRODONT	240	UN	R\$ 2,30
21	TIRA DE LIXA DE AÇO 4MM C/12 UND.	IMPERIO	120	UN	R\$ 10,50
22	SERINGA CARPULE C/REFLUXO.	BRASVAL	100	UN	R\$ 41,00
24	COLHER DE DENTINA Nº0.	GOLGRAN	300	UN	R\$ 14,40

26	HOMOSTOP, RETRATOR GENGIVAL E HEMOSTÁTICO, SOLUÇÃO UNIDADE HEMOSTÁTICA TÓPICA.	BIODINAMICA	30	UN	R\$ 27,30
27	BICARBONATO DE SÓDIO PURO (99,6%).	MAQUIRA	50	UN	R\$ 9,80
28	SOLUÇÃO REVELADORA ODONTOLÓGICA, KODAK.	KULZER	100	UN	R\$ 14,15
29	SOLUÇÃO FIXADORA ODONTOLÓGICA, KODAK.	KULZER	100	UN	R\$ 14,15
30	TIRAS DE POLISTER TRANSPARENTE.	IMPERIO	120	UN	R\$ 3,00
31	BROCAS CIRÚRGICAS, HASTE LONGA.	MICRODONT	120	UN	R\$ 16,55
32	PONTOS DE GUTAPERCHA, DENTSPLY.	DENTSPLY	60	UN	R\$ 38,00
33	BROCA DIAMANTADA 1º SÉRIE NÚMEROS DIVERSOS.	FAVA	500	UN	R\$ 3,40
34	ANESTÉSICO TÓPICO COM 12G.	DFL	60	UN	R\$ 12,00
35	APLICADOR KG BRUSH C/100 UND.	FGM	120	UN	R\$ 10,00
36	CONDICIONADOR ÁCIDO 37% 3,0ML.	AF DO BRASIL	60	UN	R\$ 4,50
37	CUNHA DE MADEIRA ANATÔMICA SORTIDA COM 100.	AF DO BRASIL	60	UN	R\$ 8,28
38	ÓLEO LUBRIFICANTE P/ CANETA ALTA ROTAÇÃO COM 100M.	MAQUIRA	40	UN	R\$ 33,45
39	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL SERINGA C/4G.	BIODINAMICA	50	UN	R\$ 11,98
40	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (DYCAL).	MAQUIRA	100	CX	R\$ 32,05
41	SOLUÇÃO EVIDENCIADORA DE PLACA BACTERIANA.	IODONTOSUL	50	UN	R\$ 12,00
42	PASTA PROFILÁTICA COM FLUOR HERJOS, TUTTI-FRUTTI.	IODONTOSUL	100	UN	R\$ 5,00
43	TIRAS DE POLIÉSTER PARA ACABAMENTO E POLIMENTO, MICRODONT.	IMPERIO	120	UN	R\$ 9,00
44	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO.	BIODINAMICA	60	UN	R\$ 7,55
45	ROLETE DE ALGODÃO DENTAL, SS PLUS CONTÉM 100UND.	IMPERIO	2.000	PC	R\$ 3,00
46	PINÇA.	GOLGRAN	50	UN	R\$ 16,99
47	ESPÁTULA SUPRAFIL.	GOLGRAN	50	UN	R\$ 77,75
48	RESINA COMPOSTA A1.	BIODINAMICA	30	UN	R\$ 14,90
49	RESINA COMPOSTA A2.	BIODINAMICA	30	UN	R\$ 14,90
50	RESINA COMPOSTA A3.	BIODINAMICA	50	UN	R\$ 14,90
51	RESINA COMPOSTA A3.5.	BIODINAMICA	50	UN	R\$ 12,00
52	RESINA COMPOSTA A4.	BIODINAMICA	30	UN	R\$ 12,00
53	SELANTE DENTÁRIO.	BIODINAMICA	10	FR	R\$ 32,80
54	FIO RETRATOR GENGIVAL 00.	AF DO BRASIL	10	CX	R\$ 22,00
55	FIO RETRATOR GENGIVAL 0.	AF DO BRASIL	10	CX	R\$ 27,99
56	FIO RETRATOR GENGIVAL Nº1.	AF DO BRASIL	10	CX	R\$ 27,99

57	ANESTÉSICO MEPIVACAINA 2% C/EPI 1:100.000.	DLA	24	CX	R\$ 120,00
58	ANESTÉSICO ARTICAINA 4% C/EPI 1.100.000.	DFL	50	CX	R\$ 199,90
59	DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2%.	FGM	25	UN	R\$ 26,00
60	ESPATULA PARA INSERÇÃO DE FIO RETRATOR.	GOLGRAN	20	UN	R\$ 18,00
61	BROCA ESFÉRICA Nº 1012.	FAVA	100	UN	R\$ 3,30
62	BROCA ESFÉRICA Nº 1013.	FAVA	100	UN	R\$ 3,30
63	BROCA 3118F.	FAVA	50	UN	R\$ 3,30
64	DESCOLADOR DE MOLT.	GOLGRAN	20	UN	R\$ 49,75
65	PELICULA RADIOGRÁFICA.	KULZER	20	PC	R\$ 214,20
66	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO.	MAQUIRA	6	CX	R\$ 64,80
67	OBTURADOR PROVISÓRIO COM FLUOR.	MAQUIRA	50	POTE	R\$ 13,00
70	AFASTADOR MINESSOTA.	GOLGRAN	10	UN	R\$ 13,00
71	ÁCIDO FÓSFORICO 37% - 3 UNIDADES.	AF DO BRASIL	50	PC	R\$ 6,90
72	ADESIVO AMBAR FGM.	FGM	100	FR	R\$ 48,00
73	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOTOP.	DFL	25	POTE	R\$ 13,77
74	LÂMINA DE BISTURI Nº15.	TOPMED	10	CX	R\$ 46,00
75	LÂMINA DE BISTURI Nº12.	TOPMED	4	CX	R\$ 31,00
76	ALGODÃO ODONTOLÓGICO C/100 UNIDADES.	SSPLUS	320	PC	R\$ 3,00
77	SOLUÇÃO HEMOSTÁTICA HEMOPARE.	BIODINAMICA	10	FR	R\$ 27,00
78	LUVA CURÚRGICA 7,5.	MEDIX	250	PAR	R\$ 2,85
79	PASTA PROFILÁTICA COM FLUOR 90 GRAMAS.	IODONTOSUL	20	TUB	R\$ 5,40
80	LUVA CIRÚRGICA 6,5.	MEDIX	250	PAR	R\$ 2,40
81	LUVA CIRÚRGICA 7,0.	MEDIX	250	PAR	R\$ 3,00
82	LUVA CIRÚRGICA 8,0.	MEDIX	250	PAR	R\$ 2,20
83	IONÔMERO FOTOPOLIMERIZÁVEL.	BIODINAMICA	10	UN	R\$ 98,00
84	ALAVANCA RETA.	GOLGRAN	60	UN	R\$ 31,00
85	FICHA CLÍNICA ODONTOLÓGICA.	AF DO BRASIL	500	UN	R\$ 0,80
86	AMÁLGAMA EM CÁPSULA.	SDI	6	PC	R\$ 179,80
87	BABADOR IMPERMEÁVEL.	SS PLUS	100	PC	R\$ 15,90
88	BROCA SHOFU REDONDA.	AMERICAN	100	UN	R\$ 20,00
89	CIMENTO CIRÚRGICO.	IODONTOSUL	6	UN	R\$ 114,90
90	DETERGENTE ENZIMÁTICO.	CICLOFARMA	50	L	R\$ 35,00
91	LUVA DE PROCEDIMENTO PP,P, M, E G.	MEDIX	100	CX	R\$ 16,00
92	LUVA NITRILICA P (SEM PÓ).	MEDIX	50	CX	R\$ 16,00
94	POTE DAPPEN.	IODONTOSUL	30	UN	R\$ 4,50
95	SELANTE.	BIODINAMICA	20	UN	R\$ 24,00
96	SUGADOR CIRÚRGICO.	MAQUIRA	100	CX	R\$ 36,00
97	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 8CM.	ESTERILCARE	10	RL	R\$ 38,90
98	FÓRCEPS 01.	GOLGRAN	20	UN	R\$ 83,00
99	FÓRCEPS 65.	GOLGRAN	20	UN	R\$ 83,00

100	FÓRCEPS 69.	GOLGRAN	20	UN	R\$ 83,00
101	FÓRCEPS 150.	GOLGRAN	20	UN	R\$ 94,00
102	FÓRCEPS 151.	GOLGRAN	20	UN	R\$ 94,00
103	FÓRCEPS 18L.	GOLGRAN	20	UN	R\$ 94,00
104	FÓRCEPS 18R.	GOLGRAN	20	UN	R\$ 94,00
106	KIT DE CANETAS (ALTA E BAIXA ROTAÇÃO).	DENTEMED	12	KIT	R\$ 1.650,00

ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

A entrega dos objetos licitados deverá ser realizada pelo fornecedor, em dias úteis, em local especificado pela Administração Municipal, nos horários das 08 às 12h, diariamente, em dias úteis, em quantidades parceladas e definidas em ordem de compra, devendo ocorrer em até **05 (cinco) dias**, após o recebimento da ordem de compra, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Compra, por escrito, do Servidor Municipal devidamente credenciado e autorizado para tal ato;

Após o recebimento da ordem de compra, por parte do fornecedor, serão iniciados os prazos para a entrega dos materiais solicitados, e, conseqüentemente, para a abertura de processos administrativos para a aplicação de multas e sanções, caso o fornecedor não cumpra os prazos previstos no item 3.1.

Todos os materiais deverão ser transportados em veículo específico para esse fim, quando necessário, devendo ser previamente higienizados e não conter qualquer substância que possa acarretar lesão física, química ou biológica aos materiais.

Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações constantes na tabela do item 2.

Os materiais deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação com característica de cada produto (organolépticas, físico-químicas, microbiológicas, microscópicas, toxicológicas), estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com o subitem anterior e as especificações mínimas exigidas abaixo:

Identificação do produto;

Embalagem original e intacta,

Data de fabricação,

Data de validade (quando for o caso),

Peso líquido (quando for o caso),

Número do Lote,

Nome do fabricante.

Somente serão aceitos os produtos que, por ocasião de sua entrega, apresentarem, no mínimo, 80%

(setenta por cento) de seu prazo de validade vigente;

Não serão aceitos materiais em desacordo com as especificações constantes no edital deste pregão.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;

Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar suas obrigações contratuais, dentro das condições pactuadas;

Notificar, por escrito, a CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do presente instrumento de contrato, fixando o prazo para sua correção;.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no edital/termo de referência, bem como cumprir o prazo de entrega, estipulado neste termo de referência, e as quantidades constantes na ordem de compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida no contrato;

Comunicar, antecipadamente, a data e horário da entrega. Não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste instrumento;

Arcar com todo e qualquer encargo trabalhista e previdenciário e outros custos (fretes, taxas, impostos etc.) decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação.

Responsabilizar-se por eventuais prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de atos praticados por seus empregados quando da entrega do objeto licitado;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas na licitação;

Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

Atender as determinações e exigências formuladas pelo Contratante;;

DA SUBCONTRATAÇÃO.

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PAGAMENTO.

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a

Contratante.

Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

DO REAJUSTE.

Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Falhar ou fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo;

Cometer fraude fiscal;

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos

para a Contratante;

O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;

Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de LAJES/RN, pelo prazo de até cinco anos;

A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento

de quaisquer tributos;

Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos

específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgão Oficial de Imprensa do Município.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

VALIDADE DA ATA.

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

REVISÃO E CANCELAMENTO.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

15.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

15.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

15.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

O REGISTRO DO FORNECEDOR SERÁ CANCELADO QUANDO:

15.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

15.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

15.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

15.9.1 Por razão de interesse público; ou

15.9.2. A pedido do fornecedor.

DAS PENALIDADES.

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para

cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS.

As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Município de Lajes/RN, 11 de maio de 2023.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal De Lajes/RN

Contratante

LILLYANE AMÁLIA FERREIRA DE MENESES CRUZ

Secretaria Municipal de Saúde

Saude Doctor Comercio LTDA

CNPJ: 11.511.020/0001-43

CÉSAR CARLOS SILVEIRA MARIZ

CPF nº 022.592.184-74 e RG nº 003.449.675 - SSP/RN

Fornecedor Registrado